

Atena
Editora
Ano 2021



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

**DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2021



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

**DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

História: consensos e dissensos engendrados

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: consensos e dissensos engendrados / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-231-6
<https://doi.org/10.22533/at.ed.316212806>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Quando lemos um bom texto e nos sentimos satisfeitos com a argumentação de qualquer autor a respeito de suas ideias, se parece coerente ou verossímil, isso acontece por que o autor ou autora foi bem sucedido em demonstrar suas ideias e sua metodologia, apresentando o seu paradigma. Mas pensar em paradigma ou ainda no que o teórico Jörn Rüsen chamou de matriz disciplinar vai além da qualidade argumentativa e metodológica das ideias de qualquer texto. Um paradigma funciona como uma espécie de base que é reconhecida por um número considerável de pesquisadores e em torno das quais muitas ideias, e hipóteses são apresentadas e testadas. São os diálogos entre os paradigmas e matrizes que ajudam o pesquisador no caminhar em busca da compreensão de questões sociais e históricas, quaisquer que sejam, que estejam movendo as pessoas que pesquisam e escrevem.

Dentro desses sistemas amplos, ou matrizes, que acabam movendo os diferentes profissionais e suas práticas, e que acabam por articular escolhas de formulação e pesquisas diversos, não podemos dizer que há sempre o consenso ou o caminho único, uma única teoria que prevaleça ou valide os olhares possíveis aos inúmeros objetos.

Justamente por sua natureza plural, o trajeto da pesquisa é permeado por consensos e dissensos... Ou seja, por mais que exista um núcleo comum em torno do método e dos valores de rigor em cada pesquisa, os diferentes caminhos possíveis marcam uma produção intelectual do campo em que multiplicidade deva ser reconhecida e respeitada como que realmente é: uma miríade de possibilidades válidas. Assim, é importante enquanto pesquisadores estarmos atentos e conhecermos a fundo tanto o que prevalece comum e consensual, como toda e qualquer possibilidade de falta desse consenso, como características da riqueza do conhecimento e da história, do fortalecimento do diálogo entre os pares e portanto, da própria ciência.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ELITE INTELECTUAL *ÁULICA*: JORNAIS, IDEIAS E OS SEUS REDADORES NA CORTE FLUMINENSE (1822-1831)

Nelson Ferreira Marques Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128061>

CAPÍTULO 2..... 12

A FACE INVISÍVEL DAS MULHERES IMIGRANTES POLONESAS NO BRASIL

Isabella Czamanski Rota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128062>

CAPÍTULO 3..... 23

A POSSIBILIDADE DE LEITURA DO RELATO DE VIAGEM SOB A ÓTICA DO LUGAR DE MEMÓRIA

Douglas Pastrello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128063>

CAPÍTULO 4..... 31

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E A RELAÇÃO COM O PROCESSO HIGIENISTA NA CIDADE DE TERESINA ENTRE OS ANOS (1852-1889)

Nara Viviany Moura de Oliveira

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128064>

CAPÍTULO 5..... 45

SENSORY EVALUATION OF FOOD AND ITS EVOLUTION OVERTIME

Alice Vilela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128065>

CAPÍTULO 6..... 59

CELEBRAÇÕES CÍVICAS REALIZADAS PELO GINÁSIO MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA-BA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Marconey de Jesus Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128066>

CAPÍTULO 7..... 69

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS E DOS CUIDADOS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA EM PORTUGAL

Maria José de Oliveira Santos

Elisabete Soares Ferreira

Anabela Martins Pinto de Figueiredo

Manuela Maria da Conceição Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128067>

CAPÍTULO 8	81
DIVULGAÇÃO DAS CIÊNCIAS GEOLÓGICAS POR MEIO DA LINGUAGEM VISUAL: O PAPEL PEDAGÓGICO DO LIVRO DE TEXTO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	
Heitor Assis Júnior Pedro Wagner Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128068	
CAPÍTULO 9	97
GEOGRAFIAS DA REPRESSÃO POLICIAL - RELIGIOSOS DA FREGUESIA DE SANT'ANNA NO RIO DE JANEIRO (1890 – 1929)	
Valquiria Cristina Rodrigues Velasco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128069	
CAPÍTULO 10	109
HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTOLOGIA E DE PATOLOGIA	
Ana Margarida Calado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280610	
CAPÍTULO 11	121
HISTÓRIA DO LUGAR BRASIVIANO NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA	
Francisco Marquelino Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280611	
CAPÍTULO 12	129
LEITURA DE MAPA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO COLÉGIO PRESIDENTE CASTELO BRANCO	
Anna Clara Barbosa de Sousa Nilda Aparecida Pascoal Rezende	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280612	
CAPÍTULO 13	142
“LEMBRAR-SE É TER UMA LEMBRANÇA OU IR EM BUSCA DE UMA LEMBRANÇA”: COLETÂNEA DE ENTREVISTAS DOS/AS MORADORES DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO- MASCOTE BAHIA	
Luciara Santos dos Anjos Maria Sandra da Gama	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280613	
CAPÍTULO 14	152
O ASSUNTO-ÔNIBUS EM PROGRAMAS DE DEBATE NO JORNALISMO ESPORTIVO	
André Ricardo Carbone Egle Müller Spinelli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280614	

CAPÍTULO 15	164
O CONCEITO DE DERIVADA NOS PROGRAMAS OFICIAIS DE MATEMÁTICA DO SÉCULO XX	
Ana Paula Florêncio Aires	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280615	
CAPÍTULO 16	177
O GUETO HOMOSSEXUAL E O TEXTO <i>SAINDO DO GUETO</i> DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA	
Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280616	
CAPÍTULO 17	186
O HOLODOMOR E SUAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DO JORNAL <i>CHLIBOROB</i>	
Henrique Schlumberger Vitchmichen	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280617	
CAPÍTULO 18	196
O <i>SALTÉRIO DE LUTTRELL</i> (C.1345): POSSIBILIDADES DE ESTUDO	
Jaime Estevão dos Reis	
Giovanni Bruno Alves	
Vinicius Tivo Soares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280618	
CAPÍTULO 19	206
O VALE DO RIO TAQUARI COMO ANTRO DE “NEONAZISMO”?	
René Ernaini Gertz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280619	
CAPÍTULO 20	218
POBRES E DESVALIDAS: CLAMOR E CARIDADE NAS SÚPLICAS DAS MÃES DA SECA EM TERESINA (1877-1879)	
Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves	
Nara Viviany Moura de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280620	
CAPÍTULO 21	227
QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO INTERIOR BAIANO: A PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO NA CIDADE DE GUANAMBI-BA	
Nivalda Pereira Coelho	
Felipe Eduardo Ferreira Marta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280621	

CAPÍTULO 22	234
SÃO JERÔNIMO: BREVE HAGIOGRAFIA Maria Cristina da Silva Martins  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280622	
CAPÍTULO 23	245
SOIL SCIENCE: FROM BABYLON TO THE PRESENT Manuel Teles Oliveira  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280623	
CAPÍTULO 24	255
TRICENTENÁRIO DA ESCRAVIDÃO: A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA PARA A SENSIBILIZAÇÃO DO EDUCANDO Diogo da Silva Roiz Mirian Roberta Fernandes Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280624	
CAPÍTULO 25	269
UM OLHAR SOBRE O URBANISMO E EDIFICAÇÕES NO MEDIEVO Damião Amati Fagundes  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280625	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	282
ÍNDICE REMISSIVO	283

CAPÍTULO 24

TRICENTENÁRIO DA ESCRAVIDÃO: A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA PARA A SENSIBILIZAÇÃO DO EDUCANDO

Data de aceite: 23/06/2021

Data de submissão: 06/05/2021

Diogo da Silva Roiz

Professor associado dos cursos de pedagogia e ciências sociais e do programa de pós-graduação em educação
Paranaíba
<http://lattes.cnpq.br/3488251835180213>

Mirian Roberta Fernandes Pereira

Professora da rede estadual de ensino no Colégio Estadual Dr. Onério Pereira Vieira, Mestranda em Educação, Linguagem e Sociedade na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS
Paranaíba
<http://lattes.cnpq.br/7048744222800367>

RESUMO: O presente resumo versa sobre a relevância da aquisição da consciência crítica para a sensibilização quanto ao processo tricentenário da escravidão. Objetiva-se contribuir para a construção da afirmação identitária em relação à etnia afrodescendente e a cultura afro-brasileira além de estimular os educadores a buscarem informações acerca do cruel processo de escravidão brasileira, o qual obteve por fundamento o terrorismo físico e psicológico dos afrodescendentes para se manter por um longo período como modo de produção, estruturando a sociedade no período colonial. A hipótese consiste no enfoque de que os sujeitos brasileiros ainda não possuem consciência

acerca das consequências políticas e sociais que a escravidão acarretou, estigmatizando/marginalizando os afrodescendentes e idolatrando o “homem branco”, sem reconhecer que o país foi construído com a mão de obra escravista. A problemática situa-se: o processo da libertação escravocrata deve, neste milênio, ganhar um novo reconhecimento mediante as práticas da Consciência Crítica do aprendiz, porém como desenvolvê-las no âmbito escolar? Justifica-se a partir da percepção de que os educadores deem importância às políticas públicas em defesa da igualdade racial, para construir uma ideologia positiva e humanista em relação ao povo e à cultura afrodescendente. Quanto à metodologia a investigação é de cunho bibliográfico/exploratória. Constatou-se que o Brasil foi o país mais escravocrata da história e isso acarretou em um contingente populacional de matriz africana.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência crítica. Escravidão. Construção identitária.

TRICENTENNIAL OF SLAVERY: THE IMPORTANCE OF ACQUISITION OF CRITICAL CONSCIOUSNESS FOR THE AWARENESS OF EDUCATING

ABSTRACT: The present summary deals with the relevance of acquiring critical awareness for raising awareness of the three-hundred-year process of slavery. The objective is to contribute to the construction of the identity affirmation in relation to Afro-descendant ethnicity and Afro-Brazilian culture, in addition to encouraging educators to seek information about the cruel process of Brazilian slavery, which was based on

the physical and psychological terrorism of Afro-descendants for to remain for a long period as a mode of production, structuring society in the colonial period. The hypothesis consists of the focus that the Brazilian subjects still do not have conscience about the political and social consequences that the slavery had, stigmatizing / marginalizing the people of African descent and idolizing the “white man”, without recognizing that the country was built with labor slave. The problem is: the process of slave liberation must, in this millennium, gain a new recognition through the practices of the Critical Consciousness of the apprentice, but how to develop them in the school scope? It is justified based on the perception that educators give importance to public policies in defense of racial equality, in order to build a positive and humanist ideology in relation to people and Afro-descendant culture. As for the methodology, the investigation is bibliographic / exploratory. It was found that Brazil was the most slave country in history and this resulted in a population contingent of African origin.

KEYWORDS: Critical awareness. Slavery. Identity construction.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um fragmento da África, sendo assim é de suma importância o conhecimento da História Afro-Brasileira, tanto em aspectos de tomar consciência acerca da história proveniente da origem do país, quanto em relação a uma maior caracterização continental, devido à sua dimensão e padrões físicos e morfológicos.

A hipótese consiste no enfoque de que os sujeitos brasileiros ainda não possuem consciência acerca das consequências políticas e sociais que a escravidão acarretou, estigmatizando/marginalizando os afrodescendentes e idolatrando o “homem branco”, sem reconhecer que o país foi construído com a mão de obra escravista. A situação-problema consta: O processo da libertação escravocrata deve, neste milênio, ganhar um novo reconhecimento mediante as práticas da consciência crítica do aprendiz, mas como desenvolvê-la no âmbito escolar?

A raiz da prevenção deste problema, preconceito racial, situa-se na escola, local apropriado para iniciar o conhecimento cartográfico e, conseqüentemente, histórico, político e cultural sobre a África, sendo assim o caráter do sujeito se consolida na instituição escolar, os professores têm que formar opiniões construtivas em relações à história da África vinculada, intimamente, ao Brasil Colonial e contemporâneo.

Justifica-se este, pois é preciso que os professores de História saibam acerca da relevância do ensino de História afro-brasileira ensinado na educação básica ao construir uma ideologia positiva e humanista em relação ao povo e à cultura afrodescendente.

Este trabalho objetiva contribuir para a construção da consciência crítica do educando quanto ao universo cultural afrodescendente a partir da apresentação de formas de resistência, uma vez que é mediante a intervenção do professor de história que se formará a consciência crítica em relação à etnia afrodescendente. O intuito é que se trate este povo de forma igual perante a Lei e sem discriminação, pois é o suporte da construção

de toda a estrutura brasileira. Objetiva-se também estimular os educadores a buscarem informações históricas tanto no currículo quanto no contato direto com os afro-brasileiros a fim de fornecer subsídios teóricos para o conhecimento historiográfico do espaço brasileiro sob a égide das matrizes curriculares provenientes do território africano.

Para a absorção de informações foi necessário adotar a pesquisa de caráter bibliográfico-exploratória a partir de leituras, técnicas-reflexivas em livros, resumos, resenhas, sites, artigos e monografias. Quanto ao método de abordagem ou teórico optou-se pelo dialético, vez que possibilita um ensino mais libertador para oportunizar a contextualização que propõe pensar criticamente. Ademais é uma investigação de natureza qualitativa numa abordagem subjetiva com um ensino significativo para a formação de sujeitos críticos no processo histórico.

REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com o Instituto Brasileiro de História e Estatística (IBGE, 2014) conceitua-se História como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, a partir dos fundamentos dos resultados de observações diretas ou da análise de documentação, convergem para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, assim como a sua utilização em diferentes contextos.

Nesse diapasão é imprescindível iniciar o ensino da cultura afro-brasileira desde a origem da Educação Infantil até o Ensino Médio, a Secretaria de Educação Básica deve se comprometer com a institucionalização desse ensino na práxis escolar, desenvolvendo cursos de formação continuada aos educadores. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, a qual estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Outros documentos que apoiam a Educação Básica se referem à Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2019).

Em consonância com Anjos (2009, p. 339) “o território é na sua essência um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e identitárias da população”. Nessa perspectiva, constrói-se o território étnico que se consubstancializa sob os pilares das referências e identidades de pertencimento territorial, ou seja, a população forma vínculos afetivos e culturais. No entanto, no Brasil, esta informação se dificulta devido ao preconceito velado distribuído pelo território. As exigências históricas e os conflitos com o sistema dominante têm atribuído ao território étnico requisitos de organização e a instituição de uma afirmação sócio-político-econômica e espacial (ANJOS, 2009).

Nessa via, a relevância do ensino de História afro-brasileira a partir da Educação

Básica possui importância no sentido de promover um maior conhecimento e consequente minimização de toda forma de preconceito e discriminação contra a Cultura Afro-brasileira, uma vez que aos educandos é possibilitado desenvolver o sentimento de solidariedade e igualdade perante a população afrodescendente e afro-brasileira que, segundo o Instituto Brasileiro de História e Estatística (IBGE, 2014) representam 53% dos brasileiros, os quais se declararam pardos ou negros.

A população brasileira que se reconhece como afrodescendente mostra uma elevação nas estatísticas contemporâneas e dois fatores confirmam esta tese – o primeiro diz respeito ao aumento da fecundidade entre sujeitos negros, enquanto o segundo se define a partir do reconhecimento da cor da pele ou características afrodescendentes, pois, devido o Brasil ser proveniente de uma miscigenação que se fundamenta no tripé branco-negro e índio, o reconhecimento étnico se verifica mediante autodeclaração do sujeito. Sendo assim, nos estados brasileiros não existe uma homogeneidade étnica, mas sim a predominância de diversas etnias, miscigenação e/ou diversidade cultural, porém ainda há uma forte desigualdade social e econômica, sendo a principal classe marginalizada na sociedade - a negra.

É recente, no Currículo escolar, o processo de ensinagem de História quanto aos saberes da cultura africana, tanto cartográfica quanto em outros campos do conhecimento. Foi somente com a Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que se tornou compulsório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as instituições escolares, da rede pública ou particular, do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Nesse sentido, o ensino de História afro-brasileira na educação básica é indispensável ao prevenir os conflitos de origem étnica racial, lutar contra a invisibilidade dos quilombos, abolir o processo de estigmatização e marginalização da classe afrodescendente e /ou afro-brasileira.

No processo de docência da História afro-brasileira é visto que a imagem possui bastante influência, vez que o aspecto cartográfico visual propicia melhor aprendizagem e um forte impacto, sobretudo na educação básica, na qual se fundamenta o caráter humano, sendo o professor o principal responsável por formar opiniões e conscientizar os discentes acerca do território africano e sua vinculação ao espaço brasileiro. A manipulação do espaço tem a função social de manutenção do território quilombola, além da sobrevivência desses povos e de suas culturas. A reminiscência dos quilombos constitui a identidade da formação brasileira, por isso a escola e sua equipe multidisciplinar têm o compromisso de se comprometer com o ensino de História afro-brasileira; este processo educacional de formação da consciência crítica fará embate com séculos de preconceito. Paradoxalmente, o preconceito é proveniente da falta de informação, surgindo assim à função do professor em aprimorar o pensamento dos discentes numa perspectiva reflexivo-crítica e sem preconceito étnico-racial, ou de outra espécie (BANDEIRA, BATISTA, 2002).

O racismo e a discriminação racial são impasses ao crescimento humano, social e econômico de uma nação, aliás, não se pode falar em nação unida se há discórdia e

preconceito camuflado entre os participantes desta. É preciso estabelecer um lugar mais justo, com dignidade e respeito aos direitos humanos para todos a partir de uma afirmação identitária brasileira.

O ensino e a aprendizagem dos estudantes na Educação Básica referente ao ensino de História contextualizado com a cultura afrodescendente tem por finalidade a formação do sujeito e o seu despertar em relação à consciência crítica. A intenção dos professores nesta disciplina é promover nos estudantes a descoberta sobre si mesma como agentes de transformação social para que façam intervenções positivas na sociedade desigual, a qual data de séculos de um Brasil escravocrata. Ainda poderão torná-la mais humanizada e menos discriminatória mediante a afirmação de políticas públicas e do respeito ao próximo.

A história afro-brasileira deve ser ministrada com exemplos materiais a fim de que o discente melhor compreenda que as formas de resistência ocorreram em todo o período colonial até o final do Império no Segundo Reinado em 1888 com a assinatura da Lei Áurea. Permitindo-o entender o presente que se vive, as estatísticas das importações escravistas, o tempo demasiado da utilização a mão e obra escrava no Brasil, o sofrimento dos escravos neste árduo processo de libertação, bem como a não aceitação ativa da abolição escravista em 1888, gerando assim o preconceito velado que se constitui contemporaneamente, visto que esta classe não foi incorporada na sociedade.

O professor de História deve despertar no estudante a importância de se respeitar o próximo com suas diferentes culturas e diversidade étnica, compreender a importância do patrimônio cultural, assimilar e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia de forma a proporcionar uma atuação consciente do sujeito ativo no convívio social. É preciso absorver o processo histórico de ocupação dos portugueses no Brasil, das imigrações, do tripé colonial: monocultura trabalho escravo e latifúndio, o poder das elites no controle das revoltas sociais e também as conquistas brasileiras como a política de cotas, pois é este o retrato do Brasil africanizado presente.

Em consonância com Valett (1989, p.272) “a única organização escolar sensata é aquela que atende às necessidades múltiplas de cada criança, de forma que ela seja ensinada naquilo que necessitam saber e que sejam premiadas por fazerem progressos contínuos”. Nesse enfoque, é prioridade do professor ensinar os alunos conhecimentos significativos quanto à sua cultural, desde o início de sua educação, saberes relacionados à sua origem, responsáveis por formar sentimentos positivos em relação ao outro, mediante projetos de intervenção, aulas dinâmicas e flexíveis.

A África, apesar de suas dificuldades em enfrentar a extrema miséria, pobreza e origem de doenças dizimadoras com alto poder de contaminação, continua sendo o continente mais importante na garantia e manutenção da estruturação do mundo nos últimos cinco séculos, particularmente na formação do Novo Mundo, a América e no enriquecimento e fortalecimento da Europa moderna. Os professores de História têm a função primordial de formação da consciência crítica dos alunos quanto ao universo cultural

afrodescendente a partir da apresentação de formas de resistência numa comparação entre o Brasil contemporâneo, ou antes, mesmo do processo de colonização de exploração.

Anjos (2014a) afirma que apesar do fim da escravidão os negros não foram inseridos na sociedade e a tendência de quatro séculos de escravidão contribui para a formação étnico-racial e espacial do território brasileiro; o povo é de genética afrodescendente, quanto seus hábitos estão fortemente arraigados à cultura africana, até mesmo o hábito de fazer as refeições com a comida quente é uma herança dos africanos.

Por séculos o negro não pode estudar e muito menos adquirir um curso superior, e mesmo assim, uma parcela da população não admite a Lei de cotas, possuem resistência, e ainda boicotam a lei e a utilizam em benefício de sujeitos que não tem descendência afro-brasileira. As ações políticas, como as cotas, são uma tentativa de minimizar os impactos das consequências de quatro séculos de escravidão, como a exclusão social, o menor índice de afro-brasileiro com curso superior, ou mesmo alfabetizados e incluídos no mercado de trabalho. Além disso, a violência física e simbólica contra o a etnia negra é alarmante.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrado nas aulas de História com o tema da escravidão africana.

A História afro-brasileira é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial. A História de Matriz Africana que tratamos nesta oportunidade resgata um dos principais 'Brasis invisíveis' secularmente, ou seja, povos e territórios que existiram e se mantêm sobreviventes, mas de uma maneira marginal, não oficial na sua plenitude. Esta 'História da exclusão' justificada é o que questionamos aqui e propomos outras leituras e representações do espaço geográfico, onde a complexidade conflitante da África existente resistente no Brasil seja considerada devidamente (ANJOS, 2014, p. 334).

Esta contundente argumentação de Anjos (2014) traz à tona um passado inacabado e incompleto que se esconde nas periferias brasileiras. O objetivo de Portugal era explorar o Brasil e como resultante de séculos de importação escravista acabou trazendo uma parcela territorial que se materializa na população brasileira abaixo da linha do Equador, especificamente o Brasil contemporâneo. Anjos (2014) afirma que o Brasil possui uma paisagem invisível, um sistema que não fora planejado, ou seja, não era pra existir uma África brasileira, porém instalou-se aqui um quilombo contemporâneo. Sendo assim, o desafio dos professores de história no âmbito escolar é ensinar a história afro-brasileira com o objetivo de não comprometer a matriz africana, assumir que o Brasil é negro, portanto preconceitos e exclusões devem ser abolidos a partir da formação cognitiva dos pequenos aprendizes até atingirem o nível intelectual de reconhecer a importância dos afrodescendentes e afro-brasileiros.

O autor retrata a importância em se trabalhar a História afro-brasileira como um instrumento didático-pedagógico que consolidará a formação de uma identidade

afrodescendente, a partir do descobrimento de um território que foi construído, principalmente pelo suor do trabalho compulsório escravista. O professor deve estimular o aluno a desenvolver o pensamento crítico-reflexivo e o respeito pela diversidade étnico-racial existente no país, a luta dos escravos pela sua libertação e evidenciar que a abolição não fora resultado de uma simples autorização de um superior como a Princesa Isabel, mas sim de um processo histórico-dialético de conflitos, revoltas, insurreições, mortes, terrorismo psicológico, pressão dos países exteriores ao Brasil pela abolição, dentre outros fatores.

De acordo com a literatura de Anjos (2014) a cultura europeia sempre foi mais trabalhada nos currículos e se exaltou o herói europeu, a etnia branca e seus aspectos, entretanto, a partir do início do século XXI o Estado adotara como constitucional a docência da cultura africana nos espaços escolares. Nesse contexto, é recente no ensino brasileiro a introdução da lei que obriga os professores a ministrar o ensino de História e história africanas nas instituições escolares. A História afro-brasileira, inserida neste contexto da nova matriz curricular, é importante ao contribuir para maior reconhecimento da origem do Brasil e seu povo alicerçado no africano.

Não obstante, o preconceito étnico-racial ainda é muito mascarado no Brasil, assim devem ser feitas muitas interferências e o início acontece na escola, lugar onde se fundamenta e/ou se consolida o caráter do sujeito, além da responsabilidade desta de cumprir com a sua função basilar social.

O Brasil foi o país mais escravocrata da história da humanidade – mais de três séculos construídos mediante este regime de trabalho, no entanto, a sociedade dissimula esta realidade, apesar das raízes étnicas da população ter uma forte interferência da etnia afrodescendente. Este país, devido ao seu forte atrelamento ao contexto da escravidão, em que os escravos ocupavam diferentes cargos e foram responsáveis, mediante o trabalho compulsório, pela economia do café, do cacau, do açúcar, do ouro, do charque, do gado, do algodão em diversas fases econômicas, todavia, infelizmente não puderam partilhar os lucros obtidos e o mais questionador é reconhecer que em todos estes “ciclos” o próprio escravo foi o que mais forneceu lucro para a economia europeia, afinal eram vendidos como uma simples mercadoria, trocados por cachaça, expostos ao comércio. Não eram pessoas, eram peças, fôlegos humanos, instrumentos com alma (ARISTÓTELES, 2001).

A cultura brasileira possui fortes vínculos com a descendência africana construída a partir da aculturação e miscigenação étnico cultural; as tradições indígenas e europeias também exerceram influência. Entre outros legados podem ser citados a feijoada, o samba, o candomblé e a capoeira música, culinária, dança e as religiões de matrizes africanas.

É preciso reconhecer que o negro lida rotineiramente com conflitos e conjunturas de racismo estrutural e segregação social. Daí a necessidade de um resgate histórico do país mediante a formação da consciência crítica nos educandos.

Restaurar e valorizar a relevância do conhecimento em relação ao continente africano

no processo de ensino do Brasil é fundamental para a população adotar o comprometimento e uma postura de valorização das culturas africanas na formação do povo brasileiro, principalmente porque o Brasil atual possui o maior contingente populacional migrado compulsoriamente, além da maioria da população se declarar afrodescendente. A política de embranquecimento praticada pelo Estado para camuflar a importação de escravos por séculos (teses eugenistas) não se concretizou e nem impediu que o Brasil se tornasse uma parte da África, porém o preconceito recrudescer na sociedade (ANDREWS, 1998).

É fundamental ao estudante compreender que todas as ações em prol do homem na história foram resultado de luta e de trabalho no intuito de garantir a sobrevivência e prática da justiça, usufruindo dos direitos universais dos cidadãos, propiciando ao homem o atendimento de suas necessidades básicas como saúde e educação. No entanto, é preciso que os educandos compreendam que o meio ambiente deve ser preservado, restaurado na intenção de garantir às gerações futuras as mesmas potencialidades que eles detêm no presente momento. É imprescindível ao educando reconhecer que o homem constrói a realidade e a modifica de acordo com as suas necessidades, logo, os educandos devem avaliar quais ações humanas realmente contribuem para que traga o equilíbrio em sociedade e quais são capazes de aperfeiçoar a desigualdade social e a própria degradação do homem.

A História é a ciência que deve possibilitar ao educando a formação de novas ideologias e práticas que promovam o bem comum, no intuito do aluno se tornar um adulto consciente e provedor de recursos humanos que possam criar laços entre as populações e minimizar os impactos ambientais. Outrossim, o professor tem papel fundamental nesse quesito como afirma Alarcão (2003, p. 41):

[...] a noção de professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano criativo e não como mero reprodutor de ideias e práticas que lhe são exteriores. É central, nesta conceptualização, a noção do profissional como uma pessoa que, nas situações profissionais, tantas vezes incertas e imprevisíveis, atua de forma inteligente e flexível, situada à reativa.

Nesse sentido, o educador do âmbito das disciplinas humanas deve utilizar em suas práticas educativas recursos tecnológicos como vídeos, jornais, revistas e músicas de forma dinâmica e estimulante a fim de sensibilizar os educandos acerca da condição atual do afro-brasileiro, vez que o alvo de interesse do educador é a formação da consciência crítica, reformulando e criando conceitos sobre o que poderão fazer para mudar e transformar a realidade humana.

Além disso, é imprescindível ao professor elucidar aos alunos que os escravos negros foram os principais responsáveis pela edificação e construção do Brasil. Logo, o afro-brasileiro e o índio, devem ter o acesso à universidade facilitado devido à sua imensa contribuição para a formação do país, tendo em vista como essa se produziu por meio do

trabalho compulsório e ausente de gratificações de qualquer espécie. É preciso que os estudantes compreendam que o negro foi utilizado por séculos como uma instrumentação humana e o objetivo da formação da consciência crítica dos discentes é a erradicação das diversas formas de preconceito e o reconhecimento dos movimentos atuais de resistência.

O professor deve evidenciar aos aprendizes que a História dos homens se irradia nas diferentes representações e relações de poder. É essencial compreender os processos sociais utilizando o saber histórico-geográfico, a função da sociedade no decorrer de produção do espaço geográfico alterado conforme os interesses humanos, estimulá-los a compreender a relevância do patrimônio cultural, sempre respeitando a riqueza étnica presente no país. É necessário ainda assimilar e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia de modo a propiciar uma atuação consciente do futuro sujeito inserida de forma economicamente ativa na sociedade.

O estudo afro-brasileiro contribuirá para a formação do estudante no sentido de fazê-lo identificar representações da cultura afrodescendente em textos científicos, fotos, gráficos, paisagens, vez que os instrumentos e recursos que os educadores podem utilizar no contexto escolar são múltiplos, tais com a tecnologia audiovisual, iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas. Nesse enfoque, o professor deve selecionar os conteúdos contidos no currículo de História e História que melhor se adaptem ao contexto do estudante, respeitando os seus estágios cognitivos e sua “leitura de mundo” já concebida antes de frequentar o meio acadêmico.

Fernandes (1971) afirma que o estereótipo, ou rótulo do negro que possui uma espécie de lugar inferior, subordinado e subserviente delimitado na sociedade e que não é aceito em lugares chamados “bem frequentados”, uma vez que sua cor é um “sinônimo de baixa condição social”. Nesse sentido, o ideal de branqueamento ainda muito forte na sociedade brasileira, o mulato ou o mameluco formam uma classe intermediária no triângulo das três raças (branco-negro-índio), porém, a etnia afrodescendente é majoritária no espaço territorial brasileiro. Infelizmente, os africanos capturados por via do tráfico negreiro eram tratados como mercadoria, como animais, e devem, ter o devido reconhecimento no contexto atual.

Buscar por uma educação de consciência histórica, é antes de tudo, exercer práticas democráticas, o que é uma forma de vida que se caracteriza pelo papel do professor que se faz “luz” no processo de conscientização, não lhe cabendo impor sobre o aprendiz sua visão de mundo. O diálogo é fio condutor no ensino-aprendizagem.

A história africana empregada no currículo, infelizmente, embora seja um avanço, ainda possui vertentes do pensamento eurocêntrico. O pensamento do homem brasileiro foi colonizado, não foi produzido, o brasileiro tornou-se dependente e não valoriza a própria cultura. Nesse aspecto, é possível tomar por fundamento as palavras de Freire (2014) ninguém aprende fora da História, ninguém aprende sozinho, uma vez que o homem é um ser sócio histórico ou seres histórico-sociais e culturais, assim, o aprendizado se

concretiza na prática social. É fazendo História que se aprende a História, caso não tenha esse reconhecimento é como esquecer o papel da consciência (FREIRE, 2014).

Freire (1981, p.221): "a tomada de consciência, específica do homem, é consequência de sua confrontação com o mundo como algo objetivo da unidade dialética da subjetividade humana e da objetividade do mundo". "O homem é um corpo consciente" (Idem, 1981, p.74). Nesse aspecto Freire mostra o eixo para reflexão quanto à intencionalidade da consciência e a ação conscientizadora. A consciência intencional provoca uma aproximação reflexiva à realidade, criando a possibilidade das práxis com a ação e a reflexão. É sempre uma consciência historicamente condicionada sem ser apenas uma reprodução da realidade (FREIRE, 1967).

A consciência intencional provoca uma aproximação reflexiva à realidade, criam-se possibilidades da prática com a ação e a capacidade de repensar. No processo de aquisição da consciência, a realidade não pode ser encerrada como uma realidade pré-concebida, estática, entretanto como um processo, ou seja, em constante evolução e transformação, a qual resulta a interação realizada pelo homem, por meio de sua prática, entre a permanência e o movimento, o atual e o antigo. A práxis humana não pode ser vista como absoluta, visto que pode ser revelada a partir de teorias, pela criticidade. O mecanismo da conscientização é inerente à realidade objetiva. A conscientização pressupõe a capacidade de ter a percepção do que se passa no "eu" de cada sujeito, posto que a realidade não seja pronta nem determinada, mas que "está sendo", o que caracteriza a interpretação elaborada pelo sujeito aprendiz diante a prática entre permanecer e movimentar. A prática humana é sempre uma possibilidade entre várias outras. Não pode ser categórica, entretanto que seja desmistificada ao longo do tempo histórico pela teoria e reflexão (BRASIL, 1998).

De acordo com Moura (1959) no Brasil, na região da Bahia o reconhecimento o movimento negro é mais recorrente desde os tempos da escravidão, da abolição e pós-abolição. O autor se conecta em retratar acerca do racismo sob a ótica numa abrangência nacional associado ao capitalismo ao imperialismo. Após 130 anos da Abolição, o mito da democracia racial, ainda questiona a respeito das políticas reparativas. A obra de Clóvis Moura pautou-se na temática das desigualdades raciais.

O caráter violento da sociedade escravagista utilizava-se da violência física, cultural e simbólica para a manutenção do poder e do domínio sobre os escravizados (MOURA, 1959).

Em um diálogo com *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre publicado em 1933 reafirma-se a resistência e coloca a reação dos cativos em multivariáveis que organizadas em grupos revelavam conflitos. Seu foco incidiu sobre as ações violentas que ocorreram desde o século XVI numa prática constante. Era uma ação que despertava manifestações resistentes, "como foi o caso do Quilombo de Palmares formado na Serra da Barriga na Capitania de Pernambuco, hoje, Alagoas" (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2019, p. 161).

Na primeira edição de rebeliões da Senzala expõe sua identidade negra ao

mencionar suas origens: pai mulato e mãe de origem europeia, o que veio direcionar seus escritos dos Quilombos. Moura interpreta a escravidão sob a ótica de Marx e Engels, referindo-se ao período Colonial no Brasil, o que caracteriza a luta de classe dominada pela colônia portuguesa no Império independente, visto que “o negro não foi elemento dócil ou adaptável à escravidão” (MOURA, 1988, p. 18). Os escravos eram constituintes de Casta, um conceito empregado mediante forma interpretativa dessa sociedade. A existência de Quilombos cuja escravatura existiu é que alimenta a interpretação quanto à forma de resistência ao trabalho escravo, o que comprova a inaceitação do negro frente à escravidão que lhes impuseram. As revoltas coletivas ocorriam mediante ataques aos engenhos, vilas e povoados, morte de feitores e capitães do mato. Os exemplos de Palmares e da Revolta dos Malês ilustravam bem a participação dos escravizados em movimentos políticos, como a Sabinada na Bahia e a Balaiada no Maranhão (MOURA, 1959). Entre outras formas de resistência pode-se destacar também o aborto, o suicídio, a fuga, o movimento corporal da capoeira e a organização de levantes contra os senhores de escravos (OLIVEIRA, 2008).

A historiografia cultural dos afrodescendentes se manifesta, incorporada ao marxismo em suas análises que caracterizam religiões e culturas afro-brasileiras, especificamente, o candomblé, uma manifestação que se tornou destaque culturalmente em importantes trabalhos apresentados em congresso afro-brasileiro que se realizou na cidade de Salvador em 1937, organizada pelos antropólogos Edison Carneiro e Aydano Couto Ferraz que estão na coletânea “o negro no Brasil” em que Carneiro, um pesquisador ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) incorpora o Marxismo em suas análises que caracterizam religiões e culturas afro-brasileiras.

Posteriormente, a partir de 1930 teve seu foco na rebeldia dos escravos como a Revolta dos Malês e a historiografia do quilombo dos Palmares como episódio fulcral e emblemático dessa existência (MOURA, 1959). Outros trabalhos como o de Aderbal Jurema, intitulado *Insurreições Negras no Brasil* publicado em 1935. Dez anos depois, Carneiro (1947), publicou o livro *O Quilombo dos Palmares*, tendo como norte a obra de Moura em seus diálogos historiográficos com a historiografia baiana desse período. O autor reconhece a relevância de como aborda as formas e lutas dos escravos, enquanto sobre as revoltas por eles estruturadas para a tomada de poder, insurreição armada e fuga para o mato, o que veio resultar os quilombos (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2019).

Apreendidos como expressão de uma posição duplamente oprimida, como negro e como proletário, os escravos africanos e seus descendentes resultavam ser, aos olhos desses autores, as encarnações exemplares de certas pedagogias da revolta que teria se manifestado constantemente através de sua literatura de símbolos, santos e deuses afro-americanos (ROSSI, 2015, p. 209).

Torna-se explícito que Moura foi além de Carneiro ao centralizar na interpretação da história quanto às guerrilhas dos quilombolas, como uma nova visão sobre a historiografia

da época. O Brasil é um país que não pode negar os estigmas daqueles que tiveram braços fortes e coragem para as práticas do labor nas lavouras e engenhos que enriqueciam os “donos” de terras e se acabavam no abandono, tentando refugiar-se, em algum lugar que lhes permitisse viver.

Durante o Brasil colônia muitos escravos afro-brasileiros foram livres ou libertos. No final do período cerca de 42% da população negra ou mulata constituía essa categoria. Na prática, mesmo livres se tornavam escravos arbitrariamente, devido não poderem participar do Senado ou a Ordem Terceira de São Francisco, mas a liberdade do escravo podia ser revogada por motivo de desrespeito em relação ao antigo senhor. A escravidão transformou-se numa instituição nacional. Passou a fazer parte de toda a sociedade, o que dominava o modo de agir e pensar. O desejo de ser dono de um escravo se estendia desde a classe dominante ao moderno artesão branco das cidades (FAUSTO, 2001).

Conforme explicam Munanga e Gomes (2006) a história acerca da escravidão revela que muita luta e organização foi caracterizada por atos de coragem, o que foi denominado de “resistência negra” em que aos poucos já demonstravam variadas formas de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas e até mesmo a identificação de comunidades/sociedades denominadas mocambos ou quilombos. Nesse enfoque, a diversidade cultural, religiosa e étnica a ser estudada exige certo nível de conhecimento quanto à cultura afro-brasileira para que não fique na inércia dentro dos livros dialéticos ou que se resuma apenas em datas comemorativas.

CONCLUSÃO

Destaca-se, então, a importância da construção de uma prática reflexiva mediante a assimilação da História afro-brasileira no espaço escolar que possibilite a reformulação de conceitos assim como a contestação de conhecimentos que favoreça a participação crítica do educador, bem como uma posição ativa do educando, desmistificando a concepção de que o professor é um mero possibilitador da aprendizagem de conteúdos tradicionais contidos nos currículos, renovando, portanto, sua identidade enquanto profissional. E estas mudanças, de fato, só serão possíveis se estiver explícito neste ato a reflexão crítica da própria prática.

Relacionar-se com o discente de modo horizontal e admitindo a sua participação ativa no processo de ensino e aprendizagem de História afro-brasileira, permite aos alunos formas de questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los a partir do raciocínio lógico, da criticidade, criatividade e intuição, selecionando procedimentos e verificando adequação.

Portanto, o ensino de História afro-brasileira no decorrer da educação básica deve ser ministrado com atividades práticas que suscite no aluno o despertar do senso crítico, a percepção espacial dos fenômenos e das infraestruturas construídas no decorrer do

tempo pelos escravos negros. É necessário discutir conjunturas do exercício cotidiano relacionados a preconceitos étnicos, culturais, religiosos, culturais ou provenientes de outra natureza que ao longo do tempo foram construídos contra a etnia afrodescendente.

Nesse sentido, as práticas educacionais de História devem estar voltadas para a graduação de sujeitos que se percebam ativos no tempo e no espaço, de modo que tenham recebido da instituição escolar uma educação humanitária, crítica e reflexiva que capacita o educando para observar e modificar conscientemente o meio que o cerca. Outrossim, será capaz de intervir em ações negativas com as quais se deparará e criará ferramentas benéficas a toda à sociedade e ao meio físico e natural. O educador deve comprometer-se com o saber histórico de índole científica, com reflexões que se processam no nível pedagógico e a promoção de uma identidade social pelo estudante, articulada às complexidades inerentes ao universo real com o qual convive. A escola tem a função de corroborar na mente dos sujeitos em toda a educação básica noções e condições de interpretar a formação e organização do espaço geográfico brasileiro de acordo com diferentes parâmetros escolares e contextualizado com a História afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. A formação do professor reflexivo, In:_____. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Edusc, 1998.

ANJOS, R. S. A. **A História, os negros e a diversidade cultural**. O Pensamento Negro. Coleção África-Brasil: História para o ensino-aprendizagem v. II Brasília: Consultoria, 2007.

ANJOS, R. S. A. **Atlas Geográfico África Brasil**. Brasília: mapas, 2014a.

ANJOS, R. S. A. **Quilombos: História Africana-História Étnica-Território Tradicional**. 190p. Brasília, Consultoria, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. Brasília: UnB, 2001.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Anália Soria. Preconceito e discriminação como expressão de violência. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; Brasília. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-eadolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.

BRASIL. História, História e o Brasil africano: algumas representações. **Revista do Departamento de História. São Paulo**, v. Cartogeo. p. 332-350, 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n.9394**, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação antirracista: caminhos abertos pela **Lei Federal n.10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005b.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução ao ensino de História e História no ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEP, 1998.

CARNEIRO, Édison. **O quilombo dos palmares, 1630-1695**. São Paulo: Brasiliense, 1947.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre os aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista. São Paulo, Nacional, 1971.

Freire, P. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra: 1967.

FREIRE, P. **A educação e mudança**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo, FREIRE, Nita e OLIVEIRA Walter. **Pedagogia da Solidariedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: 2014.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele; GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 371-388, June 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 maio 2020.

OLIVEIRA, Ueber José de; NASCIMENTO, Bruno César (org.). **Entre o cânone e a margem**: intelectuais e pensamento político brasileiro. Coleção pensadores do Brasil, v. 1. Vitória: Milfontes, 2019.

ROSSI, Gustavo. **O intelectual feiteiro**. Campinas: EdUNICAMP, 2015.

VALLETT, Robert E. **Dislexia**: uma abordagem neuropsicológica para a educação de crianças com graves desordens de leitura. São Paulo: Manole, 1989.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia boliviana 121
Análise de dados sensoriais 46
Atividades práticas 129, 136, 137, 140, 141, 266
Áulicos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10

C

Celebrações 59, 61, 64, 65
Ciência 33, 81, 83, 109, 111, 115, 118, 119, 245, 262, 270, 271
Cientista sensorial 46
Código penal 97, 98, 105, 106
Consumidor 46
Cuidados de saúde 69, 71, 75, 79
Cultura 2, 8, 10, 12, 14, 16, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 44, 62, 101, 105, 121, 128, 151, 155, 156, 170, 171, 176, 182, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 266, 279, 282

D

Ditadura 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 168, 169, 178, 184

E

E-nose 45, 46, 54, 55
E-tongue 45, 46, 55
Elite intelectual 1, 5, 6, 7, 8, 9
Ensino 7, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 76, 78, 82, 94, 95, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 141, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 215, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 268, 269, 281, 282
Ensino fundamental 129, 130, 131, 134, 258

G

Georreferenciamento 97
Ginásio Municipal de Serrolândia 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67

H

Histologia 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

I

Identidade 2, 11, 12, 21, 22, 27, 29, 113, 121, 122, 125, 126, 127, 137, 174, 175, 178, 183,

185, 194, 198, 258, 260, 264, 266, 267

Imigração 12, 14, 18, 19, 22, 78, 193, 194, 209, 212

Imprensa 1, 2, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 122, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 177, 178, 179, 185, 186, 192, 193, 194, 207, 208, 210, 212, 216, 237

L

Leitura de mapas 129, 130, 131, 132, 134, 141

Lugar 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 42, 99, 103, 106, 115, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 134, 135, 136, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 160, 165, 174, 175, 183, 203, 208, 219, 228, 232, 239, 242, 259, 261, 263, 266, 274

Lugar de memória 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 143, 144, 150

M

Medicina 8, 98, 109, 110, 113, 115, 116, 117

Memória 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 43, 61, 63, 67, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 162, 187, 193, 194, 217, 228, 229

Microscópio 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117

Mulheres 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 41, 42, 61, 68, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 98, 100, 101, 105, 110, 149, 179, 180, 183, 184, 198, 218, 219, 220, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 238

P

Patologia 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Políticas 1, 2, 3, 4, 7, 9, 15, 38, 60, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 111, 179, 181, 184, 190, 191, 255, 256, 259, 260, 264

Práticas cívicas 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67

R

Relatos de viagens 23, 25, 27

Repressão policial 97, 100, 105

Reprodutiva 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 79, 229

Rio de Janeiro 1, 6, 8, 10, 11, 22, 30, 43, 67, 78, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 128, 141, 150, 161, 162, 163, 177, 179, 180, 184, 185, 226, 268

S

Salubridade 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42

Santa Casa de Misericórdia 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42

Saúde sexual 69, 70, 71, 73, 75, 76, 78, 79

Seringueiros brasivianos 121

T

Teresina 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 218, 219, 220, 222, 224, 226

Atena
Editora

Ano 2021



HISTÓRIA:

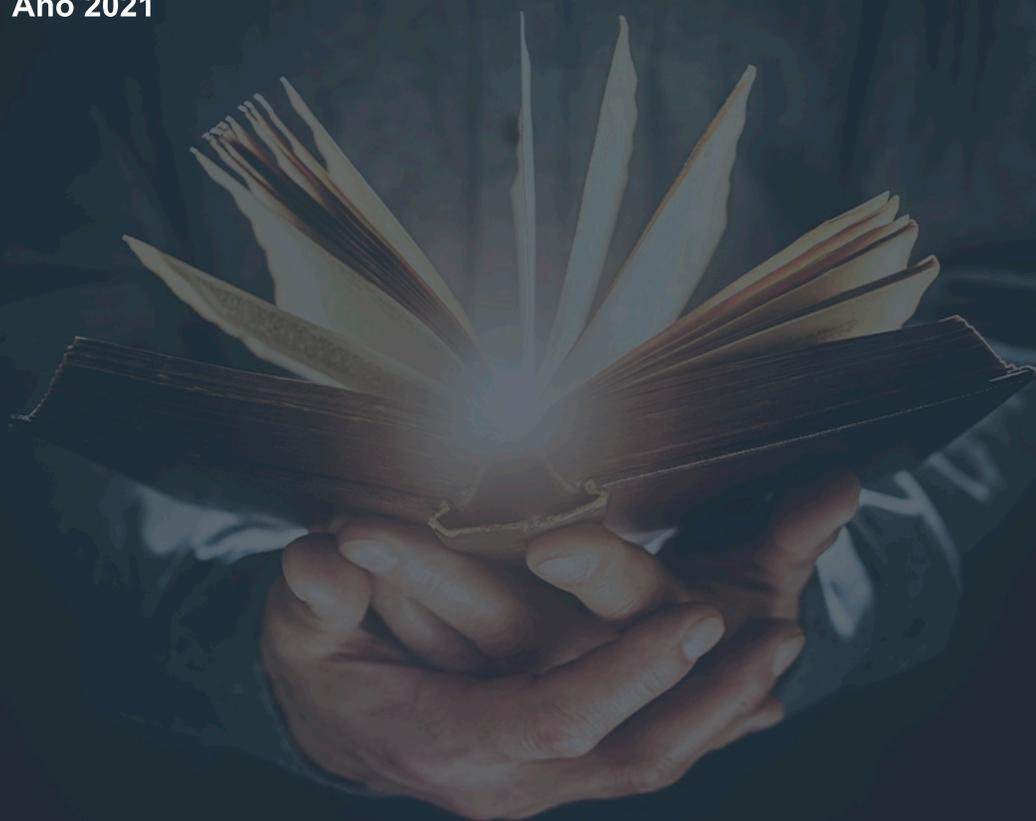
Consensos e dissensos engendrados

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)